de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Julho de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 18:611

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, revogar o decreto, com data de 16 de Maio de 1929, que dissolveu a Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Julião, da cidade de Lisboa, e confirmar a nomeação da comissão administrativa a que se refere o mesmo diploma, porém apenas com poderes para administrar a sobredita corporação.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Julho de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António Lopes Mateus*.

Direcção Geral de Saúde

Repartição de Saúde

Decreto n.º 18:612

Reconhecendo-se que não foi possível a todos os ajudantes de farmácia entregar na Direcção Geral de Saúde, como está preceituado nos §§ 2.º e 3.º do artigo 17.º do decreto n.º 17:636, a documentação necessária para efeito do registo da prática farmacêutica, adquirida antes da publicação daquele decreto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Interior:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica ampliado por mais dois meses, a contar da data da publicação deste decreto, o prazo fixado pelo § 3.º do artigo 17.º do decreto n.º 17:636.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Julho de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 18:613

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto o Governo julgar indispensável as funções de director de Fazenda da colónia de Angola serão exercidas por um funcionário do Ministério das Finanças, na qualidade de delegado do Ministério das Finanças.

§ 1.º Ao funcionário de que trata este artigo incumbe também:

a) Visar todos os processos de despesa, qualquer que seja o serviço a que respeitem, incluindo os de nomeação ou promoção para preenchimento de lugares vagos, antes de serem submetidos a despacho do governador geral para efeitos de autorização;

b) Visar todas as propostas respeitantes à realização de contratos destinados a compras, vendas, fornecimentos, empreitadas, prestação de serviços ou quaisquer outros fins;

c) Apurar as dívidas da colónia, activas e passivas;

d) Inspeccionar qualquer serviço, na parte referente à realização de despesas ou arrecadação de receitas, sempre que o entenda conveniente;

e) Propor ao governador geral as providências que julgar necessárias ao bom desempenho e à eficiência e economia dos serviços;

f) Enviar mensalmente ao Ministro das Finanças um relatório sucinto da sua acção e dos principais factos ocorridos na administração financeira da colónia.

§ 2.º As atribuições das alíneas a) e b) do § 1.º serão exercidas anteriormente ao «visto» do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas e sem prejuízo da competência a este conferida pela legislação em vigor.

§ 3.º Quando o director de Fazenda julgar que não há inconveniente para o serviço em deixar de efectuar-se qualquer despesa, embora seja legal e tenha verba inscrita no orçamento da colónia, ou que a mesma despesa pode ser adiada, assim o exporá ao governador geral.

§ 4.º Se, não obstante os motivos alegados pelo director de Fazenda, o governador geral entender que deve autorizar a realização da despesa ou do contrato, serão esses motivos apresentados por escrito, e o despacho do governador, devidamente fundamentado, publicado no *Boletim Oficial*.

Art. 2.º O funcionário mencionado no artigo 1.º é nomeado pelo Ministro das Finanças, de quem fica directamente dependente, sem prejuízo da subordinação administrativa ao governador geral.

Art. 3.º O referido funcionário poderá requisitar ao Ministério das Finanças os funcionários que forem necessários para o bom desempenho da sua missão, um dos quais desempenhará, por nomeação do Ministro das Finanças, as funções de adjunto do director dos serviços de Fazenda.

Art. 4.º O delegado do Ministério das Finanças será coadjuvado no exercício das suas funções pelo seu adjunto, que o substituirá nas suas ausências ou impedimentos, e pelo director de Fazenda adjunto da colónia de Angola.

Art. 5.º As funções do director dos serviços de Fazenda no Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas e em outros organismos de que por lei faça parte, exceptuado o Conselho do Governo, serão exercidas pelo